



NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

GOVERNO DE MÁ FÉ NA CONTRATAÇÃO COLECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Governo, voltou a agir de má fé num processo de negociação de um acordo colectivo de entidade empregadora pública(aceep), desrespeitando em absoluto o princípio da livre vontade das partes que negoceiam e aquilo que já foi acordado.

O exemplo mais recente passou-se na negociação do Acordo Colectivo de Entidade Empregadora Pública para os trabalhadores do Instituto da Segurança Social, IP, quando na última reunião, entre os dirigentes deste Instituto e a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, já com o texto consolidado, os representantes das Secretarias de Estado da Administração Pública e da Segurança Social, entregaram uma proposta de nova cláusula sobre “adaptabilidade de horários”, para incluir no acordo.

Não satisfeitos com esta atitude, colocaram desde logo a condição de não assinar o ACEEP, caso a cláusula não fosse incluída, numa postura de manifesta chantagem, inadmissível num processo negocial de contratação colectiva.

O Governo impôs a contratação colectiva na Administração Pública, mas sem se adaptar aos princípios básicos consagrados na lei sobre a matéria. Daí que procure fazer dos processos de contratação colectiva uma “encenação”em que só ele põe e dispõe.

Percebe-se porquê! É que o Governo quer impor aos trabalhadores, através dos acordos colectivos de entidade empregadora pública forjados por si com a ajuda da UGT, condições de trabalho mais gravosas, como a adaptabilidade de horários, que não teve coragem de incluir no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

No caso do Instituto da Segurança Social, interessa ao Governo a inclusão da adaptabilidade, para que não tenha de proceder ao recrutamento de novos trabalhadores, num serviço que está em ruptura de efectivos.

Com esta prevista contratualmente, pode impor horários com duração semanal até 45 horas, sem ser obrigado a pagar horas extraordinárias!

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública considera inaceitáveis, por um lado, a postura do Governo nos processos de negociação da contratação colectiva, intrometendo-se e subvalorizando o papel de quem legitimamente deve negociar com os representantes dos trabalhadores que são as direcções dos organismos; por outro, a tentativa de imposição e chantagem para incluir nos contratos matérias que claramente prejudicam os trabalhadores.

Face a esta situação, a Federação irá propor aos trabalhadores a concretização de formas de luta que forcem o Governo a não se imiscuir na contratação colectiva e a abdicar de propostas como a adaptabilidade.

Lisboa, 21 de Maio de 2010

O Gabinete de Informação

Telefone para contacto : Luis Pesca 967864150